

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 707.510 - RS (2015/0109076-1)

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : FAZENDA NACIONAL  
**AGRAVADO** : ALVETE ROTHERMEL - POR SI E REPRESENTANDO  
**AGRAVADO** : CAROLINE ROTHERMEL GONCALVES DE PINHO  
(MENOR)  
**ADVOGADO** : LUÍS CARLOS MILLANI

### DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **Fazenda Nacional** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 128):

*EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENHORABILIDADE. IMÓVEL RESIDENCIAL. VAGA DE GARAGEM. BEM DE FAMÍLIA. 1. O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responde por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas em lei. 2. É passível de penhora a vaga de garagem, não se lhe aplicando a impenhorabilidade da Lei 8.009/90, desde que possua matrícula e registro próprios. Precedentes desta Casa e do STJ.*

Opostos embargos declaratórios, esses foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação do artigo 1º da lei nº 8.009/90. Sustenta que o executado não residiria no imóvel penhorado, não sendo possível, assim, caracterizá-lo como bem de família, na forma do artigo 1º da Lei nº 8.009/1990.

É o relatório.

A Corte de origem, ao examinar a questão referente à impenhorabilidade do imóvel, registrou o seguinte (fl. 123):

*Pois bem, considerando que as embargantes são a ex-companheira e filha do executado, resta plasmada a finalidade residencial do imóvel,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*merecendo, pois, a proteção do art. 1º da Lei 8.009/90, v.g:*

*'Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.'*

*Cumpre ressaltar, outrossim, que a embargante Alvete (ex-companheira e mãe) comprovou não possuir qualquer outro imóvel, o que faz concluir que eventual alienação judicial do apartamento colocaria em risco a moradia das embargantes, implicando também ofensa reflexa ao art. 6º da CF/88.*

*Essa impenhorabilidade, entretanto, alcança tão somente o apartamento nº 409. Não abarca o boxe de estacionamento nº 10, do Edifício da Rua Sapé nº 302, bloco D, como se verá no tópico a seguir.*

Verifica-se que, no caso, ficou demonstrado que o imóvel em questão era utilizado como residência da entidade familiar do executado, pois nele moram sua filha e a ex-companheira e a posse atual é exercida por elas, o que impossibilita, portanto, sua penhora, nos termos do artigo 1º do artigo 8.009/90.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes desta Corte:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA.**

*1. A proteção conferida ao instituto de bem de família é princípio concernente às questões de ordem pública, não se admitindo nem mesmo a renúncia por seu titular do benefício conferido pela lei, sendo possível, inclusive, a desconstituição de penhora anteriormente feita.*

*2. A jurisprudência do STJ tem, de forma reiterada e inequívoca, pontuado que o benefício conferido pela Lei 8.009/90 trata-se de norma cogente, que contém princípio de ordem pública, e sua incidência somente é afastada se caracterizada alguma hipótese descrita no art. 3º da Lei 8.009/90, o que não é o caso dos autos.*

*3. A finalidade da Lei 8.009/90 não é proteger o devedor contra suas dívidas, mas visa à proteção da entidade familiar no seu conceito mais amplo, motivo pelo qual as hipóteses de exceção à impenhorabilidade do bem de família, em virtude do seu caráter excepcional, devem receber interpretação restritiva.*

*4. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 537.034/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 01/10/2014)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIROS. PENHORA INCIDENTE SOBRE IMÓVEL NO QUAL RESIDEM FILHAS DO EXECUTADO. BEM DE FAMÍLIA. CONCEITO AMPLO DE ENTIDADE FAMILIAR. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA.*

*1. "A interpretação teleológica do Art. 1º, da Lei 8.009/90, revela que a norma não se limita ao resguardo da família. Seu escopo definitivo é a proteção de um direito fundamental da pessoa humana: o direito à moradia" (REsp 182.223/SP, Corte Especial, Rel. Min.*

*Humberto Gomes de Barros, DJ 6/2/2002).*

*2. A impenhorabilidade do bem de família visa resguardar não somente o casal, mas o sentido amplo de entidade familiar. Assim, no caso de separação dos membros da família, como na hipótese em comento, a entidade familiar, para efeitos de impenhorabilidade de bem, não se extingue, ao revés, surge em duplicidade: uma composta pelos cônjuges e outra composta pelas filhas de um dos cônjuges.*

*Precedentes.*

*3. A finalidade da Lei nº 8.009/90 não é proteger o devedor contra suas dívidas, tornando seus bens impenhoráveis, mas, sim, reitera-se, a proteção da entidade familiar no seu conceito mais amplo.*

*4. Recurso especial provido para restabelecer a sentença.*

*(REsp 1126173/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 12/04/2013)*

*EXECUÇÃO. IMPENHORABILIDADE. IMÓVEL RESIDENCIAL. DEVEDOR SEPARADO JUDICIALMENTE QUE MORA SOZINHO.*

*- Com a separação judicial, cada ex-cônjuge constitui uma nova entidade familiar, passando a ser sujeito da proteção jurídica prevista na Lei nº 8.009, de 29.03.90.*

*Recurso especial não conhecido.*

*(REsp 218.377/ES, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2000, DJ 11/09/2000, p. 255)*

Assim, estando a decisão recorrida em consonância com o entendimento do STJ, não merecia mesmo prosperar o recurso especial.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de maio de 2015.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**

**Relator**